



## **CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO PARA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

### **CONTRIBUTIONS OF SOLIDARITY COOPERATIVISM FOR FAMILY AGRICULTURE AND SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT**

Carli Freitag\*  
Hedson Mauro Klesener\*\*  
Clério Plein\*\*\*

#### **RESUMO**

Este artigo traz algumas reflexões teóricas sobre a importância que tem o Cooperativismo no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar. Por muito tempo, desenvolvimento e modernidade foram utilizados como sinônimos. Posteriormente, o conceito de desenvolvimento evoluiu e levou em conta outras dimensões. As cooperativas são importantes instrumentos no desenvolvimento rural sustentável, pois podem ajudar os agricultores familiares a terem uma maior economia ao reduzir seus custos de aquisição de insumos ou contratar serviços como transporte e armazenamento. Na agricultura familiar a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. A agricultura familiar consiste na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais. Sozinhas, as pequenas propriedades rurais da agricultura familiar possuem dificuldades em alavancar sua independência, as quais ficam reféns dos mercados, tendo que aderir às propostas ditadas pelos mesmos. Com o mercado cada vez mais competitivo e clientes sempre mais exigentes, novas tecnologias vão tomando espaço dentro das cadeias de produção. Grandes empresas, de posse destas tecnologias, agem de forma agressiva, sufocando e reprimindo os pequenos, que estão lutando por um espaço no mercado. Com a junção e formação das cooperativas solidárias, os atores desse processo, passam a ter mais competitividade, ampliando suas redes de mercados e o acesso às políticas públicas, quesito tão importante para buscar investimentos e fomentar a melhoria de suas propriedades, tornando-as mais rentáveis, favorecendo o seu desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Cooperativismo; Desenvolvimento; Economia Solidária.

---

\* Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Rua Pernambuco, n°. 1777, Marechal Cândido Rondon-PR, CEP 85.960-000, Fone: (45) 3284-7878 - [carli@fsnet.com.br](mailto:carli@fsnet.com.br).

\*\* Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Rua Pernambuco, n°. 1777, Marechal Cândido Rondon-PR, CEP 85.960-000, Fone: (45) 3284-7878 - [hedson\\_km@hotmail.com](mailto:hedson_km@hotmail.com).

\*\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural; Mestre em Desenvolvimento Rural; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Rua Pernambuco, n°. 1777, Marechal Cândido Rondon-PR, CEP 85.960-000, Fone: (45) 3284-7878 - [cleriolein@gmail.com](mailto:cleriolein@gmail.com).



#### ABSTRACT

This article brings some theoretical reflections about the importance of Cooperativism in the context of Sustainable Rural Development and Family Agriculture. For a long time, development and modernity were used as synonyms. Subsequently, the concept of development evolved and took into account other dimensions. Cooperatives are important instruments in sustainable rural development, as they can help family farmers to achieve greater savings by reducing their costs of procuring inputs or contracting services such as transport and storage. In family agriculture, management, property, and most of the work come from people who hold blood or marriage bonds together. Family farming consists of improving its capacity for social interaction and insertion in local markets. Alone, the small rural properties of family agriculture have difficulties in leverage their independence, which are hostages of the markets, having to adhere to the proposals dictated by them. With the market becoming more competitive and customers always more demanding, new technologies are taking space within the chains of production. Large companies, in possession of these technologies, act aggressively, choking and repressing the small ones, who are fighting for a space in the market. With the joining and formation of solidarity cooperatives, the actors in this process will become more competitive, expanding their networks of markets and access to public policies, which is so important to seek investments and promote the improvement of their properties, making them more development.

**KEY-WORDS:** Family Farming; Cooperativism; Development; Solidary Economy.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o mercado cada vez mais competitivo e clientes sempre mais exigentes, novas tecnologias cada vez mais vão tomando espaço dentro das cadeias de produção. Grandes empresas, de posse destas tecnologias, agem de forma agressiva, sufocando e reprimindo os pequenos, que estão lutando por um espaço no mercado.

No setor agropecuário não é diferente, os grandes produtores se utilizam das novas tecnologias para produzir sempre mais e mais, enquanto os pequenos produtores sofrem com a falta de recursos, muitas vezes acabam se desfazendo de suas propriedades por não conseguirem uma produção efetiva para atender pelo menos seu próprio sustento.

O desafio para a agricultura familiar consiste na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de "economia da qualidade". A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais (SCHNEIDER, 2010, p. 526).

Conforme Abramovay (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime é perfeitamente compreensível, tendo em vista que os diferentes setores sociais constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

definição de agricultor familiar, para fins de atribuição de crédito. A valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso.

Para a economia solidária, em que a competição não é regra preferencial, a conglomeração é comparativamente mais fácil, porque a solidariedade torna a associação e a colaboração entre empresas natural (SINGER, 2001, p. 111). A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como defesa contra a ameaça da pobreza.

A presente proposta de pesquisa possui o formato de um ensaio teórico, o qual propõe apresentar o cooperativismo e a economia solidária dentro do contexto da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, um pouco de sua história e a sua evolução ao longo dos anos.

Sozinhas, as pequenas propriedades rurais da agricultura familiar possuem dificuldades em alavancar sua independência, as quais ficam reféns dos mercados, tendo que aderir às propostas ditadas pelos mesmos. Com a junção e formação das cooperativas solidárias, os atores desse processo, passam a ter mais competitividade, ampliando suas redes de mercados e o acesso às políticas públicas, quesito tão importante para buscar investimentos e fomentar a melhoria de suas propriedades, tornando-a mais rentáveis, favorecendo o seu desenvolvimento.

Para fins de alcançar os objetivos da presente proposta de pesquisa, a mesma teve como objeto de pesquisa, livros e artigos publicados, com o intuito de aproximar o máximo possível as informações aqui apresentadas com a realidade.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Conceitos de Desenvolvimento**

Por muito tempo, desenvolvimento e modernidade foram utilizados como sinônimos. Posteriormente, o conceito de desenvolvimento evoluiu e levou em conta outras dimensões. Para o economista indiano Amartya Sen, o desenvolvimento é um processo de ampliação das possibilidades de escolhas e oportunidades para as pessoas (ANDRADE, 2012).

Na visão de Sen (2002, p. 18) o desenvolvimento parte do pressuposto de que “se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

Neste contexto, pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento está muito longe de ser apenas uma imaginação de crescimento econômico. Diante disso, podemos dizer que um país pode gerar enormes riquezas, mas não ser considerado desenvolvido numa visão mais holística.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Segundo Pereira (1968) o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Por ser um processo social global, não existe sentido de desenvolvimento de forma parcelado ou setorializado.

Na atualidade ainda é difícil convencer a maioria dos economistas e políticos de que somente o crescimento econômico não é suficiente para gerar desenvolvimento, ainda assim, continua sendo considerado o fator principal na maior parte do mundo e o principal meio de alcançá-lo. Com isso, na visão de muitos economistas, o PIB (Produto Interno Bruto) ainda é apontado como o principal indicador para avaliar o grau de desenvolvimento de um país (VEIGA & ZATS, 2008).

O desenvolvimento pode estar distante daqueles que não tenham condições de criar os meios de sobrevivência necessários para gerar um ambiente ideal de competição no mercado, ficando assim a margem do mesmo.

Quando Charles Darwin publicou, em 1859, A origem das espécies, onde sustentou que a seleção natural só permite que sobrevivam e se reproduzem as espécies mais aptas a competir pela sobrevivência, não imaginou que cerca de 140 anos mais tarde, no limiar do século XXI, o surgimento de um mercado global e de revolução tecnológica teria comportamento similar ao da seleção natural, permitindo apenas a sobrevivência das pessoas, empresas e economias nacionais consideradas mais competitivas e marginalizando as demais, como espécies não-aptas (RIVERO, 2002, p. 85).

Na visão de Furtado (1980) o conceito de desenvolvimento historicamente parte de duas vertentes. Uma relacionada à evolução da sistemática de produção e à ideia de acumulação com o intuito de elevar a produtividade da força de trabalho. A outra relacionada com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Pode-se concluir que historicamente o desenvolvimento pode ser descrito dentro da evolução de três linhas de pensamento: a primeira é aquela que leva em conta que o desenvolvimento está embasado na geração do Produto Interno Bruto, ou seja, o que é considerado é o crescimento econômico. A segunda linha de pensamento se refere ao desenvolvimento como mito, onde, além de crescimento econômico, existe uma relação de minoria dominadora sobre uma maioria dominada. E por último desenvolvimento como uma visão de liberdade, onde só se atingiria o mesmo, se as pessoas efetivamente conquistassem seus direitos individuais.

#### 2.1.1. Desenvolvimento Sustentável

Falar sobre Desenvolvimento Sustentável é fácil, mas pouco se tem feito em relação ao assunto. Desenvolvimento sustentável pode ser definido como a



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

integração harmônica entre os fatores econômicos, sociais e ambientais em toda e qualquer forma de exploração dos recursos escassos disponíveis em nosso planeta.

Várias são as definições que podemos encontrar nas literaturas disponíveis sobre o tema Desenvolvimento Sustentável. Quando tratamos de conceitos de Desenvolvimento Sustentável, uma das primeiras definições que nos vem em mente talvez seja aquela descrita em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), que diz que o desenvolvimento é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1991).

Essa definição buscou o equilíbrio do Desenvolvimento Sustentável na junção de dois fatores, do desenvolvimento econômico e da conservação ambiental. Até então, se confundia desenvolvimento com crescimento econômico, não levando em conta que a consequência disso tudo seria o esgotamento dos recursos naturais.

Para Sachs (2002) afim de que haja desenvolvimento sustentável, devemos partir de oito dimensões da sustentabilidade, quais sejam, ambiental, econômica, social, cultural, espacial, ecológica, política nacional e internacional. Nesse sentido, só haveria desenvolvimento sustentável se atingido essas oito dimensões.

### 2.1.2. Desenvolvimento Rural Sustentável

Podemos dizer que o desenvolvimento rural sustentável é um processo de produção, no qual se busca o desenvolvimento econômico, que crie uma mudança social na comunidade rural e vise à constante preservação do meio ambiente.

A partir da Revolução Verde, o Brasil passou a adotar a matriz tecnológica no campo, passando a produzir monoculturas em larga escala.

Contudo, se, do ponto de vista da produção em quantidade, os resultados desta transformação são inquestionáveis, quando o olhar se expande para a inclusão de critérios qualitativos e de outras esferas além da financeira, considerando igualmente os resultados ambientais, sociais e culturais, são incontáveis as brechas para críticas e insatisfação. Tais críticas podem ser explicitadas quando a atenção se detém na análise das crises ambiental, sociocultural e tecnológica deflagradas contemporaneamente (ALMEIDA, 2011, p. 37).

Uma característica da sustentabilidade no meio rural é a capacidade que o agroecossistema tem para manter seu rendimento no transcorrer do tempo, dentro de uma ampla gama de condições. Portanto, são três critérios que devem ser levados em conta: manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema, preservação da diversidade de fauna e flora e a capacidade do agroecossistema de se auto manter (ALTIERI, 1999).

Uma atividade para ser considerada sustentável precisa ser caracterizada viável economicamente, pois, existe na família a prioridade de manutenção das



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

necessidades básicas para o seu sustento, bem como, para ter acesso aos bens e serviços considerados básicos, como saúde, alimentação, vestuário e manifestações culturais.

Além de ser viável economicamente, é preciso observar a parte social, que visa atender as necessidades das pessoas que estão diretamente ou indiretamente envolvidas nas atividades agrícolas, dando-lhes a oportunidade de uma melhor qualidade de vida e proporcionar a possibilidade de participar em organizações de classe e de solidariedade.

E finalmente, atenção especial ao meio ambiente, pois, o modelo atual de exploração agrícola tem gerado um passivo ambiental bastante elevado. É necessário ampliar o conhecimento em relação ao ambiente em que vivemos e preservá-lo para proporcionar uma melhor qualidade de vida e dar condições de sobrevivência as gerações futuras.

## 2.2. Agricultura Familiar

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequências nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Agrárias que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2006, p. 1).

Por um longo tempo, os debates sobre campesinato foram dominados pela tese do dualismo, que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como as principais, e mutuamente opostas, categorias nos estudos rurais. Este mesmo dualismo também se refere às categorias agricultura capitalista e agricultura familiar (PLOEG, 2006, p. 15).

O quadro 01 resume algumas das principais dimensões sobre as quais o modo camponês e empresarial se articulam, de forma contrastante, mas interrelacionada. Algumas dessas dimensões referem-se diretamente à maneira pela qual o processo de produção agrícola é estruturado.

Segundo Schneider, (2006, p. 5), consideram-se úteis alguns elementos na elaboração de uma definição mais abrangente para compreensão da categoria social denominada agricultores familiares a partir da perspectiva de análise mais geral das formas familiares de organização do trabalho e da produção existente no interior da sociedade capitalista contemporânea, conforme se apresenta na sequência.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Quadro 01: Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial

<b>Modo Camponês</b>	<b>Modo Empresarial</b>
Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produção e co-evolução são centrais.	Desconexão em relação à natureza; “artificialização”.
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzindo o grau de mercantilização).	Elevada dependência e relação ao mercado; elevado grau de mercantilização.
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado.	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas.
Continuidade entre passado, presente e futuro.	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro.
Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho.	Aumento da escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas.
Riqueza social crescente.	Contenção e redistribuição de riqueza social.

Fonte: (PLOEG, 2006, p. 30).

O primeiro elemento, citado por Schneider, (2006, p.5), diz respeito à forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família, os quais podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores.

A função mais aparente para a contratação de trabalhadores em caráter temporário, segundo Garcia Junior (1989, p. 142), é de diminuir a auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico.

O segundo elemento, citado por Schneider, (2006, p. 5), refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência entre a atividade produtiva agrícola e industrial. Os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a “base natural” sob a qual se assenta a produção de alimento e fibra, e muito menos subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de suprimir a distinção entre agricultores e indústria.

O terceiro elemento, citado por Schneider, (2006, p.5), pode ser extraído da teoria social. A tradição marxista sempre privilegiou o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrosocial e econômico sem considerar a resiliência das formas familiares e reconhecer a capacidade de adaptação e integração dessas categorias sociais com o sistema dominante.

Contudo, o elemento central que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos aqui apresentados é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que está assentada nas relações de parentescos e de herança existentes entre seus membros. É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a degradação e o



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral (SCHNEIDER, 2006, p. 6).

As formas sociais familiares que se organizaram e desenvolveram no meio rural brasileiro a partir do século XIX surgiram por meio dos processos de ocupação do território através da entrada dos imigrantes de origem europeia. Porém, antes destes, havia no meio rural, grupos sociais formados por descendentes de indígenas que se miscigenaram com os primeiros colonizadores espanhóis e portugueses e de escravos negros de origem africana (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2009, p. 39).

Os agricultores familiares até a década de 70 produziam alimentos para o consumo e comercialização apenas dos excedentes, para aquisição de itens que não eram produzidos na propriedade, assegurando assim, a subsistência da propriedade. Todo o trabalho na propriedade era realizado pela família e para a mesma (TASCHETTO e WALKOWICZ, 2007, p. 27).

Nas unidades familiares de produção, o sistema produtivo em geral, se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente à satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico, composto pelos membros da família. Nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não-agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2009, p. 41).

De acordo com Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 6), a agricultura foi evoluindo e tornando-se uma atividade mais complexa e cuja compreensão passava a exigir novos esforços. Dentre estes esforços, surge nas Ciências Agrárias, nos anos 1950 e 1960, a abordagem dos Sistemas Agrários, visando contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola.

Percebem-se que as formas de sociedades rurais apresentam significativamente transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modernidades de trabalho e processos de tomada de decisão. Com isso, emerge a problemática da desvalorização do meio rural por parte da juventude, que dentre as implicações, tem contribuído com a constante saída de jovens para as cidades em busca de novos horizontes profissionais e pessoais (DALCIN E TROIAN 2009, p. 3).

De acordo com Garcia (1989, p. 147 e 148), o melhor momento para o agricultor, pai de família, é quando os filhos homens já crescidos, podem fornecer um trabalho equivalente ao de qualquer adulto, e ainda são solteiros, isto é, não contribuem para uma nova unidade doméstica, o que implicaria sair da órbita paterna [...] “Não é por acaso que uma das observações mais comuns é que na agricultura só ficam os velhos e as crianças, pois os jovens vão para o sul.” (Garcia aborda em seu livro, na década de 1970, sua pesquisa referente aos jovens da



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

região nordeste que migravam para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo em busca de uma renda alternativa para suprir suas necessidades financeiras. Muitos retornavam para seu local de origem, porém também haviam aqueles que acabavam permanecendo ou até mesmo buscando suas famílias).

Em 1970, foi registrado o maior índice de habitantes rurais no Brasil, correspondendo a 44% da população total. Em 1996 o seu número chegou a um total de 33,8 milhões, equivalente à 22% do total da população brasileira. (WESZ JUNIOR, *et al.* p. 4).

Muitos são os problemas enfrentados nas propriedades rurais no que tange a sucessão familiar e a educação cooperativista. O agricultor não está mais conseguindo influenciar seus filhos para a continuidade da atividade rural, com isso ocorre o êxodo rural, o que gera diversos outros problemas para as cidades, como a marginalização, a prostituição, o aumento das favelas, etc. (FACCIN e SCHMIDT, 2014, p. 157).

Segundo Zanco *et al.* (2017, p. 183), são várias as questões que afetam a sustentabilidade da agricultura familiar, dentre elas, uma que afeta sobremaneira o consumo de alimentos e, em decorrência, a gestão das unidade de produção e distribuição de alimentos, está ligada ao que poderia ser chamada de sociologia dos alimentos. Em outras palavras, aspectos culturais ligados à noção de que nós “somos o que comemos” faz que a produção agrícola esteja sempre sujeita à realidade cultural da sociedade.

O campo oferece inúmeros meios de sustentabilidade e fontes de renda, contudo, é necessário que seja explorado de forma coerente e condizente com cada local, considerando, dentre outros fatores, os aspectos ambientais, a região, a tamanho da propriedade e a presença de pessoal disponível para o trabalho para que possa ser explorado o máximo possível sem prejuízo ou risco de escassez dos recursos (ZANCO *et al.*, 2017, p.192).

Segundo Veiga, Abramovay e Ehlers (2003, p. 16), além de bem recente, o sistema agrícola brasileiro é muito heterogêneo porque o progressivo estreitamento das relações entre agropecuária e as demais atividades econômicas, em vez de produzir alguma uniformidade sistêmica, reforçou a diferenciação regional herdada do período pré-industrial. São enormes os contrastes entre a modernização do Centro Sul, o processo de expansão da fronteira nas regiões Centro-Oeste e Norte e as tradicionais dificuldades do Nordeste.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos parentescos e donde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 1992, p. 209).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A promoção da agricultura familiar não é exclusivamente um objetivo de caráter social, mas sim um elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil. Desafogar minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis, transformar arrendatários em proprietários e oferecer terras a seus filhos são pontos prioritários da perspectiva de mais sustentabilidade (VEIGA, ABRAMOVAY e EHLERS, 2003, p. 16).

### 2.3. Cooperativismo e Economia Solidária

Uma forte ferramenta para o fortalecimento da agricultura familiar é o cooperativismo e a economia solidária, pois isoladamente, uma pequena propriedade familiar pode não produzir o suficiente para sua subsistência devido à competitividade do mercado, porém, unindo-se com outras propriedades de portes similares, elas se fortalecem e conseguem manter seus empreendimentos, prosperando a sucessão familiar e minimizando o êxodo rural.

De acordo com Tygel (2014, p. 93), a economia solidária pode ser definida em três dimensões, conforme segue:

- I. Economicamente - não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são, ao mesmo tempo, trabalhadores e donos;
- II. Culturalmente - é também um jeito de estar no mundo (baseado no bem viver) e de consumir individual ou coletivamente produtos locais, saudáveis que não afetam o meio ambiente e nem beneficiam grandes empresas; e,
- III. Politicamente - é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, para as pessoas e construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Segundo Singer (2001, p. 105), “A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos.” Essas empresas surgem como reações a carência que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências e a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social.

A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como defesa contra a ameaça da pobreza. A cooperativa que deu mais certo, e até hoje domina segmentos importantes da agricultura, é a de comercialização. Ela surge como reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção. “Esmagados por oligopólios, a saída lógica foi organizar os pequenos agricultores em empresas solidárias que realizassem no nome delas as compras e



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

as vendas, proporcionando-lhes com isso o que os economistas chamam de *poder de mercado*, além de ganhos de escala” (SINGER, 2001, p. 106).

A história da cooperação percorre uma extensa trajetória da história da humanidade. Para gerar um melhor entendimento do que se trata cooperativismo, faz-se necessário uma breve explanação de seus derivados. Segundo Reisdorfer (2014, p. 15 e 16):

(i) cooperar significa trabalhar simultânea ou coletivamente com outras pessoas em busca de um objetivo comum; (ii) cooperativa é a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam em empresas econômicas, com o objetivo de satisfazerem uma variada gama de necessidades; (iii) cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo sócio-econômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais sociais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. O sistema é fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.

Na sua forma constitutiva, o sistema cooperativo está bem alicerçado, como toda forma organizada de gestão. Uma cooperativa tem por trás uma estrutura sólida e bem dividida. Cada pessoa interessada em participar de um empreendimento como este, antes de associar-se, deve conhecer as formas adequadas de funcionamento, as determinações legais e todas as características que garantam a condução de ações, da maneira mais harmoniosa possível.

De acordo com Pinheiro (2008, p. 21), “O surgimento da primeira cooperativa foi em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo.” Em 1864, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, fundou a primeira cooperativa de crédito, que chamava-se “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf)

A Economia Solidária, como hoje é conhecida no Brasil, só emergiu como fenômeno sócio-econômico-político nos idos dos anos 1980, tendo ganhado maior repercussão a partir de meados de 1990, alimentado pelas transformações que atingiram o mundo do trabalho (CARVALHO e OLIVEIRA, 2014, p. 345).

Para os sócios dos empreendimentos solidários, a propriedade se configura como coletiva e o poder de decisão como mais democrático. Um dos mais divulgados princípios da Economia Solidária advoga: um cooperado, um voto. A responsabilidade para gerenciar as empresas solidárias deve ser, em regra, determinada democraticamente, cabendo a todos os associados participar das decisões quanto às diretrizes e objetivos, e da escolha dos seus dirigentes. A autogestão, baseada em um caráter democrático das decisões, é o que distingue, fundamentalmente, um empreendimento como sendo afinado com os princípios da Economia Solidária, frente aos que desta destoam. Funda-se em relações de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

solidariedade e reciprocidade enquanto fatores indispensáveis da organização do processo de trabalho (CARVALHO e OLIVEIRA, 2014, p. 349).

As cooperativas poderiam ser a base sob a qual se estrutura um modelo social e econômico eficaz na alocação individual dos resultados alcançados desta forma coletiva. Na sua opinião, o cooperativismo não anula a liberdade e a responsabilidade individual do trabalhador e produtor, assim como busca criar as condições para que a colaboração coletiva possa florescer e se desenvolver (CHAYNANOV, 2017, p. 9),

No Brasil, a primeira sociedade brasileira a ter em sua denominação a expressão “Cooperativa” foi, provavelmente, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889, na então capital da província de Minas, Ouro Preto.

As sociedades cooperativas se desenvolveram ao longo de vários anos. Evoluíram, independentemente da influência das atuais premissas habilmente formuladas, relativas ao crédito de pequena escala. [...] Gradualmente e de forma espontânea, sem qualquer plano deliberadamente conhecido para sua construção, elas desenvolveram, na prática, seus próprios princípios e tradições, avançando da solução concreta de um determinado problema para a solução de outro (CHAYANOV 2017, p. 109).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São vários os argumentos que podemos usar para definir a importância que o cooperativismo tem para com a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

O cooperativismo tem contribuído largamente com a agricultura familiar, permitindo que haja uma maior expansão dos mercados que por muitas vezes é limitado o seu acesso por parte dos pequenos agricultores. Além do mais, distribui benefícios a base do seu uso, gerando conseqüentemente maior renda para seus membros. As cooperativas agrícolas buscam melhorar as condições sociais e culturais dos agricultores através da integração dos seus membros e repassando conhecimentos relacionados à melhoria dos processos de produção agrícola.

O cooperativismo além de contribuir diretamente na manutenção da agricultura familiar, por ser um forte instrumento no combate a desvantagem comercial, também faz com que o agricultor, tendo melhores condições financeiras, permaneça na propriedade e crie apego a mesma fazendo com que preserve a terra para as próximas gerações.

Nesse sentido, uma agricultura familiar forte, ajudará na preservação das comunidades rurais, na manutenção dos agroecossistemas e, também, desempenhará um papel importante numa produção agrícola mais sustentável.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A ação coletiva é o principal recurso que os agricultores familiares possuem para competir com mais força no mercado consumidor. Nesse contexto, as cooperativas desempenham um papel importante na ajuda da produção, consumo e distribuição dos produtos tornando o processo economicamente mais viável.

As cooperativas também podem ajudar os agricultores familiares a terem uma economia maior ao reduzir seus custos de aquisição de insumos ou contratar serviços como transporte e armazenamento.

Por isso elas são importantes instrumentos no desenvolvimento rural sustentável e desempenham um papel único na agricultura familiar, fazendo com que criem maiores oportunidades à exploração agrícola, e permitem que os agricultores familiares, tenham maior poder de barganha, melhor acesso as informações e se tornem mais resilientes a choques econômicos e ambientais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Hucitec / Anpocs / Unicamp: São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas, 1992. Cap. 8. As Particularidades da Agricultura no Desenvolvimento Econômico. p. 209-247.
- ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. **Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA**. v. 1, p. 17-27, 1997.
- ALMEIDA, J. **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- ANDRADE, H. **Desenvolvimento rural sustentável: uma visão territorial**. Luanda – Angola: FAO, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- CARVALHO, A. J. S. L.; OLIVEIRA, R. V. O novo cooperativismo e o caso da COOPERNUT: um sonho possível? In: OLIVEIRA, R.V., org. **Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 343-360. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books .
- CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e Tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**: relatório Brundtland. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

DALCIN, D., TROIAN, A. Jovens no meio rural a dicotomia entre sair e pertencer: um estudo de caso. **I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR 2009** “Sociedade e Política nos Tempos de Incerteza”, Disponível em:<[www.humanas.ufpr.br](http://www.humanas.ufpr.br)>. Acesso em: 15 Set. 2017.

FACCIN, O. P., SCHMIDT, C. E. F. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. In SCHMIDT, D., CONTO, M. (Org.). **Reflexão cooperativista**. Porto Alegre-RS. Sescop/RS. nº 3. 2014. P. 157-161

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GARCIA JUNIOR, A. **O sul**: caminho do roçado (estratégias de reprodução camponesa e transformação social). São Paulo, ed. marco zero / unb, 1989.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativismo de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.

PLOEG, J. D. V. **A Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PUNTEL, J. A., PAIVA, C. A. N., RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPEA47Code 2011, **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, Disponível em:<[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 15 Set. 2017.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria, UNSF, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RIVERO, O. **O mito do desenvolvimento**: os países inviáveis no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

SACHS, I., **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHNEIDER, S., Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. In: Froehlich, J. M.; Vivien Diesel. (Org). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S. Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o Contexto e as Questões em Debate. **Revista de Economia Política**. 2010. Vol. 30, n. 3, São Paulo. p. 511-531.

SCHNEIDER, S., NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **IX Simpósio Nacional do Cerrado e II Simpósio Internacional das Savanas Tropicais**. 2009. Cap. 33. Pag. 34-60. 2009. Disponível em:<<http://www.cpac.embrapa.br>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Revista Soc. Estado**. v. 16. n. 1-2. Brasília Jun/Dez. 2001. ISSN 0102-6992. Pag. 100-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 08 Set. 2018.

TASCHETTO, P. R., WALKOWICZ, J. A Realidade da Agricultura Familiar no Oeste do Paraná. In: **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE. Cap. I, p. 23-34.

TYGEL, D., Economia Solidária. In: FERRARO JUNIOR, L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília. MMA/DEA. 2013. Vol.3. P.93-103.

VEIGA, J. E., ABRAMOVAY, R., EHLERS, E. (2003). Em direção a uma agricultura mais sustentável. (In) RIBEIRO, W. (Org.). **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: Edusp/Imesp, pp. 305-333.

VEIGA, J. E., ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas: Autores Associados, 2008.

WESZ JUNIOR, V. J. W., ROTH, J. D., MATTOS, V. M. M., FERREIRA, A. M. R. M.; TRENTIN, I. C. L. Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos. **XLIV Congresso da Sober** "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Disponível em: <[www.sober.org.br](http://www.sober.org.br)>. Acesso em: 15 Set. 2017.

ZANCO, A. M., EGGERS, A., KLESENER, H. M., HORT J. V., NANDI, T. F. A. Ética e a Bioética na Produção, Organização e Consumo de Alimentos: desafios para a Segurança Alimentar. In: AHLERT, A.; NEUKIRCHEN, L. C. (Org.). **Ética e bioética do desenvolvimento sustentável**. Curitiba-PR. 2017. CRV. Cap. VI, p. 177-212.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019